

Acta número quatro

ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas 17:30 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Paulo Borralhinho, comigo Artur Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista:

Licínio Benedito, Eduardo Carlos dos Reis Gomes; José Carrola Feliciano; Bruno Daniel Marques Santos e Manuel Firmino Cameira.

Da lista das Pessoas Pelo Concelho de Belmonte:

Anabela Sanches Pinto, Lara Joana Pinheiro Prudente Curto, Patrícia Isabel Elvas Eusébio em substituição de Daniel Bruno Afonso Tomé Mendes, Fernando Luís Pinto Proença e José Carlos Birra Correia.

Da lista da Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV: não estava qualquer membro presente.

Estiveram também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguías, David Velho e a Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascenção Cruz Pais.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 17 presenças, deu por aberta a sessão.

Passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa.

- 1. Aprovação das actas das sessões anteriores*
- 2. 1º Período de intervenção dos senhores Múncipes*
- 3. Período antes da ordem do dia*
- 4. Período da ordem do Dia*
 - 4.1. 8ª Alteração Orçamental – ratificação na parte respeitante ao orçamento da Assembleia Municipal*
 - 4.2. Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade e situação financeira do Município*
 - 4.3. Designação do Fiscal Único da EMPDS – Belmonte EM*
 - 4.4. Designação do Fiscal Único do Município de Belmonte*
 - 4.5. Estatuto Remuneratório dos membros do Conselho de Administração da EMPDS – Belmonte EM*
 - 4.6. Despesas de representação do pessoal dirigente e pessoal equiparado no Município de Belmonte*
 - 4.7. Delegação de competências nas Freguesias*
 - 4.8. Aprovação do mapa de pessoal de 2013, de acordo com a nova estrutura orgânica*
 - 4.9. Aprovação do mapa de pessoal de 2014*

- 4.10. Apresentação, discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014.
5. 2º Período de intervenção dos senhores Municípes

Face ao referido deu-se início ao cumprimento dos pontos.

1. Aprovação das actas das sessões anteriores

O Presidente da Assembleia questionou se os membros proponham alguma alteração ou correcção à acta número dois de 19 de Novembro de 2013.

Visto ninguém se ter pronunciado, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenção e 17 a favor, pelo que a acta é aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia questionou se os membros proponham alguma alteração ou correcção à acta número três de 27 de Novembro de 2013.

Tomou a palavra o líder da bancada socialista, Eduardo Gomes que agradeceu a rectificação da sua intervenção, bem como o Sr Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha que clarificou uma das suas intervenções.

Após as respectivas ratificações e não havendo mais ninguém a pronunciar-se, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenção e 17 a favor, pelo que a acta é aprovada por unanimidade.

2. 1º Período de intervenção dos senhores Municípes

O Presidente da Assembleia informou que até ao momento ainda não se tinha registado nenhum pedido de intervenção de qualquer Município pelo que se iria dar continuidade à sessão da Assembleia.

3. Período antes da ordem do dia

Aproveitou o momento para justificar a ausência da representante da CDU, informando que tinha sido recepcionado um requerimento para a alteração da data da Assembleia Municipal alegando três motivos:

- Não cumprimento dos prazos previstos na lei*
- Não cumprimentos da forma legal de convocação*
- Não cumprimento do artigo 29º do Regimento da AMB, neste caso sobre a reunião da Comissão Permanente.*

Foi solicitado um parecer ao departamento jurídico da Câmara Municipal da qual passou a ler a respectiva conclusão:

“Em resumo e conclusão:

- 1. Não identificamos na convocatória feita por V. Ex.ª quaisquer nulidades que a inquinem, pelo que achamos que a conduta de V. Exa é a correcta, estando dentro da normal interpretação da legislação aplicável.*

2. *Pelo que, dado que não existe qualquer vício na convocatória que determine a sua nulidade, a AMB pode reunir hoje mesmo, dia 19 de Dezembro.*”

Face ao exposto o Presidente da Assembleia entende que não existia motivo para a alteração da data da sessão ordinária presente e informou a CDU do mesmo.

A representante do Partido das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, Anabela Pinto pediu a palavra e informou ter tido acesso, pelo menos conhecimento do requerimento apresentado e atento ao requerimento que foi feito e sendo certo que não se revêm totalmente nos pontos apresentados, mas sim apenas no ponto que diz respeito aos prazos da convocatória. Esclarece que os prazos da convocatória na Lei e Regimento são diferentes, considera para contagem dos prazos o regime especial o CPA que nos fala em dias úteis. Considera esta questão uma irregularidade e não uma ilegalidade, daí a presença da bancada das Pessoas pelo Concelho de Belmonte. Mais ainda, porque as questões a decidir são de grande importância para o Concelho. No entanto afirma que de futuro, a voltar a acontecer poderão não estar presentes.

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Fernando Proença (Pessoas pelo Concelho de Belmonte), que apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes e nos fez contou uma fábula por ele já utilizada aquando candidato nas legislativas de 2011. A História da Ratogália, um país de ratos e gatos (pretos e brancos). A ideia transmitida pela fábula é que seja quem for que esteja no governo (gatos), PS ,PSD ou outros, todos eles prometem mas não fazem, e no final de contas o povo (ratos) vai vivendo sempre com as leis e consequências que os governantes lhes impõem, obtendo um país cada vez mais pobre e desigual, mas sempre com mais um rico cada vez mais rico.

Não podemos ficar resignados, a chamada crise poderia ter sido o momento ideal para repensar o movimento que nos trouxe até aqui, mas não foi assim ela esta a ser utilizada para repor os lucros dos mais poderosos. Ele diz sermos autênticos ratos de laboratório, servindo de cobaias para teorias que não nos servem. Há quem diga que a situação do país e do povo até era melhor no tempo do Salazar.

Foi para tentar mudar estes factores que aceitou fazer parte da lista das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, tentaram oferecer algo diferente do apresentado pelos restantes partidos, visto ser um movimento que não se rege por ideias partidários, mas por fundamento de interesses das pessoas do Concelho, não fazem politica por profissão, no entanto o povo assim não o quis, pelo que pela sua parte vai continuar a lutar pelos seus ideias podendo contar com ele para melhorias e não para simplesmente concordar com o que lhe é apresentado.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra e confirmou a questão dos prazos serem contínuos em termos de convocatória mas o mesmo não se aplica neste caso, mais informa que se vai trabalhar no sentido de melhorar os prazos e forma, bem como agradecer a atitude consciente da Bancada das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, na sua presença

4. Período da ordem do Dia

4.1. 8ª Alteração Orçamental – ratificação na parte respeitante ao orçamento da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia, fez referência ao documento fornecido pelos serviços municipais com os respectivos valores da alteração e deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que não foram apresentadas quaisquer dúvidas relativas ao documento pelo que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a alteração é aprovada. Registou-se durante a apresentação deste ponto a chegada do membro do PS em falta, Carlos Manuel Pinheiro Gomes, ficando o quórum desta sessão com 18 presenças.

4.2. Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade e situação financeira do Município

O Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Presidente da Câmara para explicação dos elementos apresentados sobre a actividade e situação financeira do Município.

O Sr. Presidente da Câmara esclarece que a informação que fez chegar é datada de 30 junho de 2013, efectuada pelo ROC do Município, e que posteriormente foi solicitado mais informações para poder apresentar a situação a 20 outubro data em que tomou posse. Desse estudo, que não consta na informação dá conhecimento aos deputados municipais que a dívida contabilizada a 20 de Outubro é de cerca de 5 milhões de euros, aos quais temos de acrescentar responsabilidades assumidas com empreiteiros com obras em curso, com juros de mora de empréstimos, de acções em curso no contencioso e outros leva-nos a um valor aproximado de 7 milhões de euros. Está a ser elaborado um relatório pormenorizado financeiro que será presente na próxima reunião. Em relação à actividade municipal estou ao dispor dos Sr.s deputados municipais para esclarecimento. Informa que tem percorrido bastantes "kms" para tentar angariar benefícios para o Concelho, entrando em contacto e reuniões em diversas áreas. Relativamente ao exposto pelo sr Fernando Proença concorda com ele relativamente á situação do País, estamos numa situação cada vez mais difícil, quantos mais sacrifícios fazemos mais o país se afunda, tem razão quantos mais pobres temos, vai aumentando mais um rico, pelo que temos de lutar contra isso.

4.3 Designação do Fiscal Único da EMPDS – Belmonte EM

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respectiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que como ninguém se quer pronunciar se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a Designação da empresa Cruz Martins e Pêga Magro, S.R.O.C. como Fiscal Único da EMPDS – Belmonte EM é aprovada por unanimidade.

4.4 Designação do Fiscal Único do Município de Belmonte

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respectiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que como ninguém se quer pronunciar se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a Designação da empresa Cruz Martins e Pêga Magro, S.R.O.C. como Fiscal Único do Município de Belmonte é aprovada por unanimidade.

4.5. Estatuto Remuneratório dos membros do Conselho de Administração da EMPDS – Belmonte EM

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respectiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

Tomou a palavra do representante da bancada do PS, Eduardo Gomes, que informou que nos últimos anos a Empresa Municipal tem sido autossuficiente pois não têm transferências do Município, vive de receitas próprias. Faz parte de uma minoria das empresas municipais que cumprem os requisitos para não serem encerradas, por não cumprir a lei que exige a viabilidade económica. No entanto uma crítica que tem sido apresentada pela bancada do PSD, que agora não está aqui representada, é que a EMPDS para além da gestão dos espaços museológicos deveria alargar o âmbito das suas actividades como os seus estatutos o preveem, penso que também é este o entendimento do novo executivo, que agora entrou em funções, que pretende alargar o âmbito das actividades, remunerando assim membros do conselho de administração para novas “competências”. A bancada do PS admite que isto represente um aumento de despesas, mas confia que isto possa implicar um maior volume de receitas e um maior dinamismo empresarial no Concelho, no entanto estaremos vigilantes pois considera que este tipo de empresas devem ser sustentáveis, assim sendo a bancada do PS vai votar favoravelmente o Estatuto Remuneratório dos membros do Conselho de Administração da EMPDS – Belmonte EM.

Tomou a palavra a líder do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, Anabela Pinto, que concorda em grande parte com o apresentado pela bancada do PS, a sustentabilidade da Empresa Municipal não foi posta em causa, isto com uma administração cujo administrador executivo usufruía cerca de 600 euros, ao longo do tempo demonstrou a eficácia e eficiência na sua gestão económica, equilibrada e sólida. No entanto, apesar da base legal, podendo a remuneração do administrador ir até 100% da remuneração de um vereador em regime de permanência, vai votar contra por considerar excessivo a remuneração atribuída face aos critérios apresentados.

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra e informa que antes quem era administrador da Empresa Municipal era o Presidente da Câmara, mas os estatutos preveem dois administradores pelo que vai repor a legalidade e tendo em conta as suas preocupações como Presidente da Câmara, assumindo a confiança que lhe foi depositada, tendo que a empresa não pode estar apenas ao serviço do Concelho, mas sim ao serviço da comunidade, das associações, das IPSS e ampliar o seu serviço, melhorando a feira medieval, conversar e integrar mais os comerciantes e empresários, pelo que pretende uma equipa dinâmica, neste caso apresenta os nomes propostos, Presidente, Eng.º Joaquim Costa e como vogais Vitor Teixeira e Mário Tomás. Pessoas que todos conhecem e em quem deposita confiança e esperança para que possam desenvolver a Empresa Municipal atingindo novos objetivos de crescimento e resolvendo algumas coisas que não estão tão bem, ter em atenção o todo do nosso Concelho.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que após discutidas as diversas questões se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 4 voto contra, 1 abstenções e 13 a favor, pelo que o Estatuto Remuneratório dos membros do Conselho de Administração da EMPDS – Belmonte EM apresentado foi aprovado por maioria.

4.6. Despesas de representação do pessoal dirigente e pessoal equiparado no Município de Belmonte

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respectiva certidão fornecida pelos serviços municipais, que se solicita autorização para atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente e pessoal cujo estatuto é equiparado, a abonar nos termos do disposto no artigo 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto.

Após leitura deu a palavra ao Presidente de Câmara Municipal que informou que o valor apresentado é o que a lei prevê, uma verba de 189 euros (cento e oitenta e nove euros).

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que as Despesas de representação do pessoal dirigente e pessoal equiparado no Município de Belmonte são aprovadas por unanimidade.

4.7. Delegação de competências nas Freguesias

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respectiva certidão fornecida pelos serviços municipais, na que se refere a intenção de manter as delegações de competências, nas Freguesias e o aumento de 5% dos valores do ano de 2013 para o ano 2014, bem como a apresentação do desafio apresentado à Junta de Freguesia de Caria.

O Presidente de Câmara Municipal que informou que o aumento de 5% é um esforço que é possível fazer neste momento, apesar de ser pouco na perspectiva das juntas, caso seja possível ao longo do ano aumentar o valor será feito. Foi também colocado à Junta de Freguesia um outro desafio que consiste na gestão do espaço internet e Gimnodesportivo de Caria, desafio que a mesma aceitou. Para além destes valores e para questões pontuais o Sr. Presidente coloca-se ao dispor para a análise de possíveis apoios sempre dentro das disponibilidades do Município.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a Delegação de competências nas Freguesias são aprovadas por unanimidade.

4.8. Aprovação do mapa de pessoal de 2013, de acordo com a nova estrutura orgânica

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respectiva certidão fornecida pelos serviços municipais sobre a alteração do mapa de pessoal de 2013, de acordo com a nova estrutura orgânica.

Tomou a palavra a líder do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, Anabela Pinto, que aproveita a oportunidade de expressar que o que vai mencionar, se aplica também ao ponto seguinte, aprovação do mapa de pessoal de 2014, informa que a posição adoptada pelo movimento aquando a aprovação da organização dos serviços municipais, bem como atendendo aos argumentos aí apresentados, outra posição não poderia tomar do que a de coerência de voto com a posição anteriormente assumida, pelo que vota contra o mapa de pessoal 2013 e do ponto seguinte, mapa de pessoal de 2014.

Tomou a palavra o líder da bancada do PS, Eduardo Gomes, que referiu, a mesma coerência com a aprovação da organização dos serviços municipais, nomeadamente com a criação da equipa multidisciplinar com o seu chefe, bem como do provimento de um lugar de

assistente técnico que se encontrava em falta no mapa de pessoal de 2014, pelo que vão votar favoravelmente.

O Sr Presidente da Câmara solicitou a palavra para esclarecer uns pormenores deste ponto e do ponto seguinte. O quadro da Câmara era este, o que se pode fazer e a lei permite é preencher a vaga da educação pré-escolar, sabemos que é uma necessidade que a escola e o Dr David Canelo têm vindo a falar há bastante tempo, pelo que vamos criar esta vaga e preencher uma vaga, sem ser no quadro, devido a imposições do governo. Esclareceu que este lugar não é pago directamente pelo Município, mas sim com verbas transferidas do Ministério da Educação.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 4 votos contra, 1 abstenções e 13 a favor, pelo que o mapa de pessoal de 2013, de acordo com a nova estrutura orgânica apresentada anteriormente é aprovado por maioria.

4.9 -Aprovação do mapa de pessoal de 2014

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar directamente para a votação uma vez já ter sido discutido conjuntamente com o ponto anterior.

Concluída a votação verificaram-se 4 votos contra, 1 abstenções e 13 a favor, pelo que o mapa de pessoal de 2014, de acordo com a nova estrutura orgânica apresentada anteriormente é aprovado por maioria.

4.10 Apresentação, discussão e aprovação das grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014.

O Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra ao líder da bancada do PS, Eduardo Gomes, que nos dá uma opinião genérica sobre o documento. O orçamento é o reflexo das dificuldades sentidas em Portugal, devido á situação de crise económica que estamos a viver, ele também é a tradução de uma mudança de paradigma na gestão pública que passa dos investimentos materiais, grandes obras que foram executadas com elevadas verbas e que não são aproveitadas no seu todo, para os investimentos imateriais, melhorias de condições de vida, apoio à criação de emprego e apoio aos mais desfavorecidos, sem esquecer da aposta no turismo. As grandes obras já estão feitas agora temos de concentrar a energia em actividades que se traduzam em melhorias das condições de vida das população, no seu ponto de vista é isto que este orçamento pretende concretizar, numa altura bastante difícil onde escasseiam os recursos financeiros. Este orçamento é o primeiro de um ciclo de quatro anos que teve de ser preparado num curto espaço de tempo, pelo que esperamos que os próximos sejam mais expansionistas, pelo que vão votar favoravelmente à sua aprovação, bem como às grandes Opções do Plano para o ano de 2014.

Tomou a palavra a deputada Lara Joana Curto do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte que começou por cumprimentar a todos e informar que o orçamento e as grandes opções do plano é da inteira responsabilidade da maioria socialista deste executivo, pelo que a sua bancada analisou cautelosamente e criteriosamente os documentos apresentados e porque em democracia ainda existe o direito de oposição e é nesse contexto que se insere a sua intervenção, afirma que o orçamento aponta para questões de natureza estrutural e funcional.

Contém desde logo dois problemas de natureza estrutural.

Pelo princípio do equilíbrio orçamental, às despesas orçamentadas deverá corresponder receita equivalente, só se considera receita efectiva, a efectivamente realizável.

Pelo princípio da execução orçamental a prioridade da despesa é para as despesas correntes e seguidamente as de capital.

Pelo que deixa uma pergunta com base no orçamento, quais os bens de investimento entre terrenos e edifícios afectos ao património municipal que o Sr. Presidente tem intenção de vender, no valor de um milhão novecentos e setenta mil e quinhentos euros, para justificar despesa, tendo por base, que foi V. Ex.^a que autorizou e aprovou a inscrição do valor desta receita no orçamento.

Saiba V. Ex.^a que, a consequência prática desta receita não vir a ser concretizada determina que o valor real do orçamento, seja apenas de cinco milhões novecentos e oitenta e oito mil e oitocentos euros. Se a despesa corrente deste orçamento é de três milhões oitocentos e cinquenta e sete mil e setecentos euros, o valor possível para a execução das GOP's é de dois milhões cento e trinta e um mil e cem euros e não quatro milhões quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos euros, tal como refere o documento. Note ainda que se considera o valor da despesa corrente proveniente das GOP's no montante de um milhão trezentos e trinta e um mil e quinhentos euros então o valor realizável das GOP's é de três milhões quatrocentos e sessenta e dois mil e seiscentos euros ou seja ficam sem financiamento programas no valor de novecentos e setenta e dois mil e novecentos euros em despesas de capital.

Uma outra questão de natureza funcional, o orçamento sofre de uma profunda atrofia face aos financiamentos definidos para o ano de 2014 e que sofre de uma profunda bulimia face aos financiamentos plurianuais previstos, pergunta como pode ser exequível um orçamento que se baseia em financiamentos, quase só, próprios da autarquia.

Como podem ser exequíveis os orçamentos dos anos subsequentes (2015 a 2017) tendo por base os financiamentos definidos, cuja média anual é de seis milhões cento e quarenta e quatro mil e quinhentos euros. Quais as fontes de financiamento não descritas nas GOP's e que garantem a exequibilidade deste plano plurianual. Quais as obras que este município vai candidatar a financiamentos comunitários, designadamente ao programa Portugal 2020

Em resposta às questões apresentadas o Sr Presidente da Câmara, Dr António Rocha refere em relação à primeira questão, que os valores inscritos nas vendas de bens de investimento têm sido as mais diversas e não tem sido exequíveis, mas são inscritos.

Como pode ser exequível um orçamento que só prevê receitas próprias, este quadro comunitário está a terminar, e estamos na expectativa de poder colocar algumas candidaturas de obras que vêm de trás, ainda neste quadro, caso seja possível e as mesmas sejam aceites, porque tudo indica que vai haver uma pequena reserva financeira que pode ser utilizada, nomeadamente o Lar de Caria e os arruamentos de Caria, desde que sejam obras submetidas a concursos públicos. Em relação às obras que vamos candidatar, serão todas as que forem possíveis, como é de saber a câmara não possui neste momento muitos projectos, existe o projecto de intervenção da antiga praça que tendo em conta a situação financeira do município, não temos condições de financiamento próprio. Após análises da situação financeira e sem saber qual o rumo financeiro que vão tomar certas dívidas em áreas específicas, o município não tem condições financeiras de satisfazer grandes projectos, sem financiamentos exteriores. Mas temos obrigação, de como foi apresentado nos documentos, de deixar a possibilidade de acionar essas obras/ projectos, se se vierem a reunir condições. Em resumo é claro que só com receitas próprias do município não é possível atingir os objectivos a que nos propomos, mas vamos estar atentos à nossa grande prioridade resolver os problemas do dia-a-dia, há pequenas coisas que podemos fazer e garantimos que vamos continuar a ouvir as pessoas e tentar ajudar, reduzir o tempo de resposta dos serviços, agilizar processos de projectos que entrem nos serviços, vamos apostar em pequenas coisas que podem vir a ser de maior importância. Sem perder a ambição de fazer mais, pelo que esperamos que o próximo quadro comunitário nos dê a possibilidade de o fazer. Por enquanto vamos apostar no aumento dentro das possibilidades na área social,

aumento no apoio às IPSS, tendo em conta o investimento que a Câmara Municipal já efetuou. Bem como uma aposta muito clara, a da promoção de Belmonte, a nível nacional e internacional, vamos apostar na nossa localização, História e das pessoas.

Tomou novamente a palavra a Sr^a Lara Joana que nos falou sobre as previsões, sendo elas previsões temos de ter em conta que necessitamos alguma sustentabilidade para elas necessitamos saber o que realmente se prevê o que se vai fazer e como se pretende fazer, daí as questões apresentadas. Uma das preocupações passa pela Academia Gimno, sabe-se que a obra está parada, o facto de a obra ser cancelada pode trazer custos mais elevados do que a própria empreitada no seu todo. Quando fala em pessoas todos nos temos a preocupação com as pessoas, daí estarmos aqui para as representarmos.

Deixa mais algumas questões, neste caso mais uma de natureza funcional, as GOP's definem em traços gerais a estratégia a ser seguida com um plano a quatro anos, neste sentido a aposta na juventude, com a atribuição do pelouro a vice-Presidente, não merecia ter um financiamento bem acima do apresentado, no que respeita à educação foi dito que o centro de Caria iria ser uma prioridade, então como se explica a fraca dotação desta obra. No que respeita à educação e face à urgência de um centro escolar, não foi anunciado às gentes de Caria, que esta iria ser uma prioridade. Então, como se explica que esta obra esteja dotada de apenas cinco mil euros para 2014 e a sua conclusão prevista, apenas para 2016, com setecentos e quarenta e cinco mil euros. Para o Património e Turismo Cultural, a sua grande aposta, a qual não será por falta de financiamento que não a realizará, porque o suposto seria que a Empresa Municipal deveria gerir a promoção, dinamização e animação, contudo este financiamento diminuiu para setenta e cinco mil euros e o executivo passa a gerir cento e cinquenta mil euros, não deveria ser esta uma atribuição à Empresa Municipal. Ainda nesta área e perante o financiamento plurianual, será que a população de Colmeal da Torre terá finalmente o centro de interpretativo do Colmeal da Torre. É certo que estes assuntos já foram justificados anteriormente.

Em matéria de economia e empreendedorismo, foram anunciados a vinda de diversos empresários e investidores, que se reflectem nas GOP's, como se de uma compra se tratasse para atribuição de apoios a criação de emprego e fixação de empresas. A criação do parque tecnológico, pelo seu financiamento é uma prioridade para as pessoas.

Em matéria de prioridades nas atividades destaca-se o aproveitamento político, tais como um parque de feiras e mercados, pelo que o seu financiamento não responde á sua importância, sendo o parente pobre das GOP's, de igual forma o desenvolvimento rural com a criação de uma plataforma de produtos locais.

Pergunta quais são os critérios definidos e qual o regulamento próprio onde se encontram definidos os critérios para a atribuição dos apoios, a criação do parque tecnológico será mesmo uma das prioridades das pessoas do nosso Concelho, que tipo de infraestrutura vai ser criada para que condignamente possa ser chamada parque de feiras e mercados. Para quê um novo parque empresarial no Concelho de Belmonte. A plataforma de produtos locais não será apenas uma miragem

O Presidente da Câmara informa que as dotações podem ser alteradas a qualquer momento, é necessário ter a possibilidade de poder executar e garante que tudo vão fazer para o concretizar, no entanto temos de esperar pela oportunidade. Não faz promessas demagógicas. Na academia Gimno, considera-se a hipótese de cancelar a sua execução, no entanto neste momento estão a analisar-se os respectivos custos e um dos critérios a ter em conta é que não se trata de uma obra prioritária para a população.

A preocupação está nos lares existentes (SCMB, Lar de Caria, Carvalhal Formoso, Maçainhas e no terminus do Lar de Colmeal da Torre).

Em resumo estão previstas diversas obras orçamentalmente, queremos concretizá-las, o Concelho precisa delas, no entanto não temos ilusões, temos de pensar na nossa capacidade de

endividamento. Deixa mais uma vez a informação que o executivo está aberto a sugestões, queixas, tudo o que a população necessitar, e que cada um dos casos será analisado da forma mais correcta.

Tomou novamente a palavra a Sr^a Lara Joana. Naturalmente ouviu falar nas instituições onde promovemos ou tentamos promover a qualidade de vida dos nossos idosos, o que é natural uma vez que cada vez temos mais idosos, mas também penso que será natural trazer para nós os jovens, atenção necessária para a sua fixação e vivência, no meu caso gostaria imenso de regressar às minhas origens.

Deixa apenas mais uma questão relativamente a acessibilidades, os únicos financiamentos apresentados para além dos próprios são os afectos às acessibilidades, portanto pergunta qual a garantia a 100% do financiamento do nó sul da A23 a Belmonte, qual a garantia a 85% da restante rede viária espelhada nas GOP's, existirá alguma matéria de contrapartida que o município terá de assumir para que a administração central participe a ligação do nó da A23.

O Presidente da Câmara sublinha a sua preocupação com os mais jovens, desde a mais tenra idade, aos mais crescidos, está preocupado com a desertificação verificada, pelo que vai lutar contra o facto. Sobre os investidores admite termos condições atrativas de investimento, quer sejam elas geográficas, históricas, mas não podemos sonhar com uma realidade igual à passada, com confecções, temos de apostar na criação de trabalho em novas áreas.

As garantias de financiamento das acessibilidades, nesta altura são nulas, no próximo quadro comunitário, este elemento não é prioridade. No que diz respeito à ligação da A23 não está optimista, mas esta e outras obras de acessibilidades vão ter de ser discutidas e vai tentar avançar com as que forem mais proveitosas, pois as acessibilidades é uma das áreas de grande preocupação.

A vice-Presidente solicitou a palavra para falar sobre o pelouro da juventude, que lhe foi atribuído, é um dos beneficiados no próximo quadro, no que diz respeito à economia social, pelo tudo o que se apresenta como não financiado poderá a vir a ter parte de financiamento comunitário. Quando pensa em juventude, vê duas áreas distintas, ou seja estudantes propriamente ditos até ao ensino universitário e estudantes que terminam os estudos e querem ingressar no mercado de trabalho. Até ao momento para os estudantes universitários não existia qualquer apoio por parte do Município, conseguimos inserir neste campo, como podem verificar nos documentos o apoio aos estudantes universitários mais desfavorecidos, sem esquecer os estudantes do ensino secundário, já participados em várias áreas.

O outro ponto referido, são os jovens que querem ingressar no mercado de trabalho e não conseguem, prevemos apoio na criação do próprio posto de trabalho e instalação de empresas.

Pelo exposto e para os jovens por pouco que tenham é a partir deste momento a abertura de uma porta para o futuro.

Tomou a palavra a líder do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte, Anabela Pinto, a qual agradeceu todos os esclarecimentos prestados e apresentou a sua declaração de voto a qual vai constar em pasta anexa a esta acta, onde manifestam a sua consciente responsabilidade na aprovação dos documentos previsionais do Município de Belmonte, para o ano de 2014, pelo que os analisou criteriosamente. Entendem que estes documentos põem em causa o desenvolvimento do Concelho, as suas gentes e a expectativa criada de um futuro melhor, assente no pressuposto de um maior bem-estar económico, através da criação de mais e melhor emprego, de maior qualidade de vida, pelo que apresentam as razões que sustentam o seu sentido de voto.

Não se revêem na política do executivo para 2014 e anos subsequentes, os documentos apresentados revelam falta de capacidade política na captação de fontes de financiamento,

consideram os documentos como os menos ambiciosos dos últimos anos, o orçamento não é credível devido ao princípio de equilíbrio orçamental, a execução orçamental da despesa devido à nova estrutura e os inerentes compromissos financeiros assumidos comprometem a exequibilidade do mesmo, as garantias dadas aos eleitores a nível de novos empresários e emprego, não encontram eco na estratégia política vertida nas GOP's. No orçamento e GOP's não existe um nexo de causalidade nas prioridades políticas, entre as reais prioridades das pessoas e os financiamentos propostos. A alteração à estrutura orgânica determina um nexo de causalidade entre receitas próprias de a despesa orçamental. Por último no orçamento e GOP's não existe uma racionalidade financeira entre a aplicação dos recursos próprios e apoios financeiros da Administração central, bem como, os compromissos decorrentes de responsabilidades que o executivo se propõe assumir para o futuro ao invés da política que tinha vindo a ser seguida, essa sim racional.

Pelo exposto e de uma forma responsável, a bancada vai votar contra a aprovação dos documentos previsionais apresentados, orçamento e grandes opções do plano para o ano de 2014.

Tomou a palavras o Sr. Presidente da Câmara que informa que estes são os documentos resultantes das possibilidades encontradas, que vai apresentar o Plano Estratégico de Desenvolvimento a seguir e que tudo vai fazer, sempre com espírito de responsabilidade para o concretizar a prol da população do Concelho.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 4 votos contra, 0 abstenções e 14 a favor, pelo que as grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014 são aprovados por maioria.

5. 2º Período de intervenção dos senhores Municipais

O Presidente da Assembleia informou que até ao momento ainda não se tinha registado nenhum pedido de intervenção de qualquer Município, no entanto ele próprio quer deixar uma palavra aos municípios que vieram assistir, agradecendo a sua presença e pedir desculpas pelas condições apresentadas, garantindo que futuramente estes problemas, logísticos, deverão ser sanados.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 19horas e 45 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro Secretário encarregado de elaborar a presente acta, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro Secretário da Mesa a redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário